



# DIÁRIO OFICIAL

**Prefeitura Municipal de Maceió**

ANO XXI

Maceió, Sexta-feira, 25 de Maio de 2018

Nº 5481

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ**  
**DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO**

PREFEITO DE MACEIÓ  
RUI SOARES PALMEIRA

VICE-PREFEITO  
MARCELO PALMEIRA CAVALCANTE

GABINETE DE GOVERNANÇA (GGOV)  
JOSE LAGES JUNIOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO (SMG)  
TACIO MELO DA SILVA REA

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO (PGM)  
DIOGO SILVA COUTINHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO (SMCI)  
NEANDER TELES ARAÚJO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEMAS)  
CELIANY ROCHA APPELT

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO (SECOM)  
CHRISTIANE MARIA DUARTE PINTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO  
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE (SEDET)  
MAC MERRHON LIRA PAES

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SEMED)  
ANA DAYSE REZENDE DOREA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA (SEMEC)  
FELIPE DE MIRANDA FREITAS MAMEDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO (SEMGE)  
REINALDO BRAGA DA SILVA JUNIOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA (SEMINFRA)  
CARLOS IB FALCÃO BRÊDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E  
JUVENUDE (SEMELJ)  
DANIEL LUIZ MAIA DE MELLO

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL (SEMDS)  
GUSTAVO ALBERTO ACIOLI DE PAIVA TORRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA COMUNITÁRIA E  
CONVÍVIO SOCIAL (SEMSCS)  
IVON BERTO TIBURCIO DE LIMA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS)  
EDIVALDO NEIVA PIRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, ABASTECIMENTO  
E ECONOMIA SOLIDÁRIA (SEMTABES)  
TÁCIO MELO DA SILVA REA (INTERINO)

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO (SEMTUR)  
JAIR GALVAO FREIRE NETO

AGÊNCIA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS  
DELEGADOS (ARSER)  
RICARDO ANTONIO DE BARROS WANDERLEY

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS  
DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ (IPREV)  
FABIANA TOLEDO VANDERLEI DE AZEVEDO

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO CULTURAL (FMAC)  
VINICIUS CAVALCANTE PALMEIRA

SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA URBANA DE MACEIÓ  
(SLUM)  
JEAN CARLOS GOMES FERREIRA DA SILVA (INTERINO)

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO DE  
MACEIÓ (SIMA)  
FREDERICO GONÇALVES CARNEIRO LINS

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E  
TRÂNSITO (SMTT)  
ANTONIO JOSE GOMES DE MOURA

COMPANHIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, RECURSOS  
HUMANOS E PATRIMÔNIO (COMARHP)  
ALAN HELTON DE OMEIA BALBINO

## ATOS E DESPACHOS DO PREFEITO

**LEI Nº. 6.754**  
**DE 24 DE MAIO DE 2018.**  
**PROJETO DE LEI Nº. 7.112/2018**  
**Projeto de Lei nº. 024/2018**  
**AUTOR: PODER EXECUTIVO MU-**  
**NICIPAL**

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A  
CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDI-  
TO INTERNA JUNTO AO BANCO DO  
BRASIL S/A, E DÁ OUTRAS PROVI-  
DÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MA-  
CEIÓ,  
Faço saber que a Câmara Municipal de  
Maceió decreta e eu sanciono a seguinte  
Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autoriza-  
do a contratar operações de crédito junto  
ao Banco do Brasil S/A, até o valor de  
R\$ 35.000.000,00 (Trinta cinco milhões  
de reais), nos termos da Resolução CMN  
nº. 4.563, de 31 de Março de 2017 e suas  
alterações, destinados a aquisição de bens  
a serem usados no Programa de Urbani-  
zação de Maceió, observada a legislação  
vigente, em especial as disposições da Lei  
Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000.

§ 1º Os recursos provenientes da operação  
de crédito autorizada serão obrigatori-  
amente aplicados na execução de despesas  
de capital aprovadas pelo Banco do Brasil,  
sendo vedada a aplicação de tais recursos  
em despesas correntes, em consonância  
com o § 1º do art. 35 da Lei Complemen-  
tar Federal nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

§ 2º As garantias e contrapartidas ficam  
dispensadas à PREFEITURA MUNICI-  
PAL DE MACEIÓ na contratação da refe-  
rida operação de crédito.

Art. 2º Os recursos provenientes da ope-  
ração de crédito a que se refere esta Lei  
deverão ser consignados como receita no  
Orçamento ou em créditos adicionais, nos  
termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Com-  
plementar nº. 101/2000 e arts. 42 e 43, inc.  
IV, da Lei nº. 4.320/1964.

Art. 3º Os orçamentos ou os créditos adi-  
cionais deverão consignar, anualmente,  
as dotações necessárias às amortizações  
e aos pagamentos dos encargos, relativos  
aos contratos de financiamento a que se  
refere o artigo primeiro.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado  
a promover as modificações orçamentá-  
rias necessárias ao cumprimento do dis-  
posto nesta Lei.

Art. 5º Os prazos de amortização e ca-  
rência, os encargos financeiros e outras  
condições de vencimento e liquidação  
do financiamento a ser contratado. serão

aqueles usualmente estabelecidos pelo  
Banco do Brasil.

Art. 6º Para pagamento do principal, juros,  
tarifas bancárias e demais encargos finan-  
ceiros e despesas da operação de crédito,  
fica o Banco do Brasil autorizado a debitar  
na conta-corrente específica de titularida-  
de do Município, mantida em sua agência,  
a ser indicada no contrato, em que são  
efetuados os créditos dos recursos da re-  
ferida operação contratada, os montantes  
necessários às amortizações e pagamento  
final da dívida, nos prazos contratualmen-  
te estipulados.

Parágrafo único – Fica dispensada a emis-  
são da nota de empenho para a realização  
das despesas a que se refere este artigo,  
nos termos do §1º, do art. 60, da Lei nº.  
4.320, de 17 de Março de 1964.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de  
sua publicação, revogadas as disposições  
em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MA-  
CEIÓ, em 24 de Maio de 2018.

RUI SOARES PALMEIRA  
Prefeito de Maceió

**LEI Nº. 6.755**  
**DE 24 DE MAIO DE 2018.**  
**PROJETO DE LEI Nº. 7.113/2018**  
**Projeto de Lei nº. 002/2018**  
**AUTOR: PODER EXECUTIVO MU-**  
**NICIPAL**

ESTABELECE A POLÍTICA MUNICI-  
PAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO  
MUNICÍPIO DE MACEIÓ E OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MA-  
CEIÓ,  
Faço saber que a Câmara Municipal de  
Maceió decreta e eu sanciono a seguinte  
Lei:

## CAPÍTULO I DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

### Seção I Das Disposições Preliminares

Art. 1º A Política Municipal de Sanea-  
mento Básico reger-se-á pelas disposi-  
ções desta lei, de seus regulamentos e das  
normas administrativas deles decorrentes  
e tem por finalidade assegurar a proteção  
da saúde da população e a salubridade do  
meio ambiente urbano e rural, além de dis-  
ciplinar o planejamento e a execução das  
ações, obras e serviços de saneamento bá-  
sico do Município.

Art. 2º Para os efeitos desta lei considera-  
-se:

I - saneamento básico: conjunto de servi-  
ços, infraestruturas e instalações operacio-  
nais de:

a) abastecimento de água potável: cons-

tituído pelas atividades, infraestruturas e  
instalações necessárias ao abastecimento  
público de água potável, desde a captação  
até as ligações prediais e respectivos ins-  
trumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pe-  
las atividades, infraestruturas e instalações  
operacionais de coleta, transporte, trata-  
mento e disposição final adequados dos  
esgotos sanitários, desde as ligações pre-  
diais até o seu lançamento final no meio  
ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos  
sólidos: conjunto de atividades, infraes-  
truturas e instalações operacionais de coleta,  
transporte, transbordo, tratamento e desti-  
no final do lixo doméstico e do lixo origi-  
nário da varrição e limpeza de logradouros  
e vias públicas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais  
urbanas: conjunto de atividades, infra-  
estruturas e instalações operacionais de  
drenagem urbana de águas pluviais, de  
transporte, retenção ou retenção para o  
amortecimento de vazões de cheias, tra-  
tamento e disposição final das águas plu-  
viais drenadas nas áreas urbanas;

II - universalização: ampliação progressi-  
va do acesso de todos os domicílios ocu-  
pados ao saneamento básico;

III - controle social: conjunto de meca-  
nismos e procedimentos que garantem à  
sociedade informações, representações  
técnicas e participações nos processos de  
formulação de políticas, de planejamento  
e de avaliação relacionados aos serviços  
públicos de saneamento básico;

IV - subsídios: instrumento econômico de  
política social para garantir a universali-  
zação do acesso ao saneamento básico, es-  
pecialmente para populações e localidades  
de baixa renda;

V - localidade de pequeno porte: vilas,  
aglomerados rurais, povoados, núcleos,  
lugarejos e aldeias, assim definidos pela  
Fundação Instituto Brasileiro de Geogra-  
fia e Estatística - IBGE.

Art. 3º Os recursos hídricos não integram  
os serviços públicos de saneamento bási-  
co.

Parágrafo único. A utilização de recursos  
hídricos na prestação de serviços públi-  
cos de saneamento básico, inclusive para  
disposição ou diluição de esgotos e outros  
resíduos líquidos, é sujeita a outorga de di-  
reito de uso, nos termos da Lei nº. 9.433,  
de 08 de Janeiro de 1997.

Art. 4º Não constitui serviço público a  
ação de saneamento executada por meio  
de soluções individuais.

Art. 5º Compete ao Município organizar e  
prestar direta ou indiretamente os serviços  
de saneamento básico de interesse local.

§ 1º Os serviços de saneamento básico de-  
verão integrar-se com as demais funções  
essenciais de competência municipal, de  
modo a assegurar prioridade para a segu-  
rança sanitária e o bem-estar de seus ha-  
bitantes.

§ 2º A prestação de serviços públicos de  
saneamento básico no município poderá